



Nº 7, julho 2013

# PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

Reflexões sobre o Novo-Desenvolvimentismo no Brasil e a Crise  
Financeira Internacional à luz de Daniel Bensaïd, Larry Bartels e  
Albert Hirschman: para um “corporativismo social-democrata  
globalizado”<sup>1</sup>

PONTO DE VISTA, Nº 1, janeiro 2013  
ISSN 1983-73X.

Carlos Eduardo Santos Pinho<sup>2</sup>

**i. Introdução**

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no **VI Seminário do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense** (PPGCP-UFF), entre 09 e 11 de Novembro de 2011, e no **I Seminário de Pós-Graduandos em Ciências Sociais do Estado do Rio de Janeiro** (I SEPOCS-RIO), entre 28 de Novembro e 02 de Dezembro de 2011. Agradeço especialmente a Andrea Oliveira Ribeiro pela revisão minuciosa deste artigo.

<sup>2</sup> Foi professor contratado do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DCP/IFCS/UFRJ), durante o ano de 2012. Setor: Políticas Públicas. Mestre e Doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), antigo IUPERJ. Bolsista CAPES e Pesquisador Assistente do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC/IESP-UERJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), sob coordenação do professor e orientador Renato Raul Boschi. E-mail: [cpinho19@gmail.com](mailto:cpinho19@gmail.com)

A social-democracia é concebida como a forma prevalecente de organização política dos trabalhadores sob a égide do capitalismo e das instituições da democracia representativa/parlamentar para a consecução de reformas sociais (Przeworski, 1989; Esping-Andersen, 1985). No final da II Guerra Mundial, alguns países europeus conseguiram instituir projetos social-democratas relativamente inclusivos. No cenário mais recente, porém, diante da crise financeira sistêmica do capitalismo globalizado e de uma guinada à direita do espectro ideológico e partidário nesses países, as bases da social-democracia clássica vêm sendo corroídas e operam no sentido de promover (e/ou acentuar) a exclusão dentro das instituições democráticas e representativas. Os atuais protestos populares - de jovens desempregados - na forma de acampamentos em cidades ícones do capitalismo como Nova York e Londres somente referendam esse quadro social adverso que impõe questionamentos à legitimidade dos sistemas democráticos desses países. A solução apresentada para a crise está assentada no velho (e obsoleto) receituário neoclássico: austeridade, ortodoxia fiscal, apropriação privada do patrimônio público pelos circuitos globalizados do capital e contingenciamento das políticas sociais. Portanto, apesar da preservação dos fundamentos macroeconômicos neoliberais nos últimos anos, o Brasil vem criando condições institucionais e societais para lidar com esta crise?

Diante deste complexo debate, o artigo articula o pensamento de Daniel Bensaïd, Larry Bartels e Albert Hirschman, no contexto da globalização, das restrições institucionais da democracia representativa e das limitações estruturais da economia de mercado. O objetivo precípua é pensar o modelo de desenvolvimento conduzido pelas elites estratégicas e burocráticas do Estado brasileiro desde o início do século XXI até o quadro atual de crise sistêmica do capitalismo. Trata-se do Novo-Desenvolvimentismo em formação, que visa contestar os “quadros de referência” (Becker, 2007, 2009) das elites estatais precedentes e mobiliza as capacidades de planejamento e intervenção do Estado para a criação de um projeto nacional alternativo às reformas de mercado dos anos 1990. Tais reformas, por sua vez, a partir da prevalência de uma visão tecnocrática do desenvolvimento, subordinaram todas as dimensões da atuação do Estado, sobretudo a própria dinâmica da política, ao eixo da estabilização monetária.

Emprega-se o acervo conceitual e teórico desses autores – além de um aporte bibliográfico acessório - para refletir sobre a crise do capitalismo bem como analisar, do ponto de vista discursivo e empírico, como se dá o conflito distributivo em matéria de provisão de políticas públicas para os setores mais pobres da população. A justificativa para o uso dessas obras como estruturantes deste trabalho é que – a despeito de algumas abordagens divergentes - são de grande contribuição conjuntural e analítica para a reflexão acerca do contexto de crise continuada do capitalismo e das alternativas de desenvolvimento formuladas pelos países emergentes como é o caso do Brasil. Ademais, permitem articular temas e conceitos que, embora diversos, são complementares e cruciais no debate atual, tais como desenvolvimento, crise capitalista, governança de esquerda, agenda social-democrata, Estado, mercado e políticas públicas.

Assim sendo, na primeira seção do artigo, empregar-se-á como autor de referência Daniel Bensaïd e sua obra *Os Irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*, que imprime um viés fundamentalmente crítico, marxista e universalista – porém, de grande relevância - às análises do capitalismo e às condições de governança de esquerda. Em sua avaliação, a despolitização, a fragmentação social e a individualização do homem são conceitos empregados para a caracterização da atual pós-modernidade.

A segunda seção mobiliza a obra de Larry Bartels intitulada *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*, que retrata o recrudescimento da desigualdade na sociedade norte-americana nas últimas três décadas. Trata-se de um processo de natureza política, na medida em que fomenta o congelamento dos salários, a retração dos benefícios sociais e a diminuição da seguridade no emprego. Neste sentido, procurar-se-á contrastar os EUA com a conjuntura recente do Brasil em virtude da persistência de uma crise sistêmica do capitalismo globalizado. Enfocar-se-á, sobretudo a partir de pesquisas empíricas e das características institucionais do Estado brasileiro, o modo como este país vem tentando sair desta conjuntura adversa, que teve seu início em setembro de 2008.

Na terceira seção do texto, a obra de Albert Hirschman, *A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade e ameaça*, é empregada para estabelecer uma

interlocução com o debate brasileiro contemporâneo sobre a natureza e escopo das políticas sociais bem como quanto ao grau, ritmo e intensidade da intervenção estatal para minorar os efeitos deletérios do mercado sobre as populações mais pobres. O autor – via contestação da retórica conservadora – fornece uma contribuição para analisar o conflito distributivo bem como a polarização Estado versus mercado, no debate sobre as alternativas de desenvolvimento do país.

Ao fim e ao cabo, o artigo termina com uma síntese dos três autores e com especulações acerca da provável existência, no Brasil, de um “corporativismo social-democrata globalizado”, que procura reformar democraticamente o capitalismo brasileiro dentro das limitações estruturais da economia global e das restrições institucionais da democracia representativa, liberal e parlamentar. Por se tratar de um fenômeno recente, necessita ser estudado minuciosamente.

## **ii. Daniel Bensaïd: uma crítica marxista ao capitalismo financeiro e aos governos de “esquerda”**

Em primeiro lugar, buscar-se-á relacionar com a atual conjuntura brasileira e mundial o texto de viés fundamentalmente marxista de Daniel Bensaïd, intitulado *Os Irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*<sup>3</sup>. Segundo este autor, a questão da propriedade é um tema cada vez mais candente, uma vez que o Estado enquanto instância de representação dos interesses das classes dominantes é mobilizado e instrumentalizado para resguardar os direitos de propriedade e imprimir maior robustez ao modo de produção capitalista. Tal interpretação, portanto, pode ser aplicada

---

<sup>3</sup> Nesta obra, dividida em cinco teoremas, o autor empreende uma análise teórica refinada acerca da mercantilização do mundo que conduz à individualização, à despolitização e à fragmentação da vida social. Esses fatores impõem, inexoravelmente, inúmeros desafios tanto para a esquerda quanto para a consecução da tão almejada sociedade comunista em um cenário de crescente supremacia dos circuitos globalizados do capital, de minimização das prerrogativas soberanas dos Estados nacionais e de abandono das políticas keynesianas. Segundo Bensaïd, deve-se atentar para a necessidade de manter aberto o espaço utópico de uma alternativa global, ainda que esse espaço tenha de permanecer vazio à espera de seu conteúdo, já que “o jargão filosófico da pós-modernidade realmente significa, em suas versões dominantes, um adeus à luta de classes e ao projeto de emancipação comunista”. Neste sentido, a pós-modernidade emerge como uma modernidade acentuada ou como uma modernidade ao quadrado, que promove a *despolitização do social* e a *estetização da política* (Bensaïd, 2008: 34).

para a caracterização do caso brasileiro. Um exemplo paradigmático é o projeto levado a cabo - desde o governo do presidente Lula - para o fortalecimento das empresas “campeãs transnacionais” e para a internacionalização do capitalismo nacional. Neste sentido, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem sido crucial para a expansão dessa modalidade de capitalismo coordenada pelo Estado, sobretudo por meio da concessão de vultosos empréstimos e financiamentos de longo prazo destinados ao setor privado (tais como mineradoras e grandes empreiteiras como a Vale, Odebrecht e Camargo Correa). Portanto, a partir de uma leitura intrinsecamente marxista de Bensaid, pode-se dizer que o BNDES - enquanto um dos segmentos do aparelho de Estado burguês - vem sendo constantemente mobilizado para a consecução dos interesses econômicos e para proteger das crises externas as classes capitalistas dominantes, opressoras e proprietárias dos meios de produção.

Todavia, cabe apontar que, nos últimos anos, este mesmo Estado vem procurando restabelecer as suas capacidades institucionais para garantir direitos básicos às camadas populares, outrora relegadas à última instância, sobretudo no contexto das reformas orientadas para o mercado<sup>4</sup> dos anos 1990. Tais reformas, por seu turno, foram marcadas pela hipertrofia do mercado e pela obsolescência do Estado, uma vez

---

<sup>4</sup> O teórico da Escola da Regulação Francesa, Bruno Amable, analisa os vínculos entre a moral e os aspectos políticos da ideologia neoliberal e como apelos a certas éticas podem legitimar o estabelecimento de instituições do capitalismo neoliberal por meio da ação política. Em parte livres da soberania pública, as políticas neoliberais devem ser guiadas por um imperativo moral vinculado à *competição*. Como uma ideologia, o neoliberalismo possui algumas características originais. Ele está baseado na ideia de que a ordem mundial ideal deve ser uma “livre” e “justa” competição entre os indivíduos. Nesta concepção paradigmática, a intervenção pública é, assim, legitimada quando tenta restaurar as condições de competição justa e “nivelar o campo de jogo”. A competição tem, portanto, um aspecto econômico e moral dual: ela melhora a eficiência global do sistema econômico, permitindo que os melhores indivíduos contribuam mais para a prosperidade; ela recompensa os indivíduos de acordo com os seus méritos, explora o que há de melhor neles e lhes permitem melhorar a si mesmos. Ademais, a competição desempenha um papel crucial na ideologia neoliberal. Em primeiro lugar, ela é um princípio supremo, que deve ser colocado acima das influências políticas. Como consequência, a única intervenção pública concebível é aquela que preservaria as leis da concorrência. Esse processo de despolitização, engendrado pela redução dos problemas políticos a sua dimensão econômica ou moral, precede o neoliberalismo, e é característica do pensamento liberal em geral. A consequência é uma crítica elitista da democracia, promovendo um modo de governança no qual uma elite esclarecida e ilustrada, guiada por considerações éticas, preservaria o bem comum dos perigos do “populismo”. Por fim, a intervenção está longe de ser proibida, mas deve ser justificada por referência à promoção da competição individual e não como uma forma de alterar os resultados de um processo *supostamente* livre e justo (Amable, 2010).

destituído de uma visão estratégica de planejamento no longo prazo. Outrossim, o próprio Bensaïd reconhece que o crescimento tão propalado pela globalização neoliberal, dos anos 1990, não contribuiu para reduzir as desigualdades entre os países ricos e pobres, pois somente agravou as assimetrias sociais.

A “globalização imperial que se pretende universalista”, a que o autor se refere, e que, entretanto, “não representa senão os interesses privados do capital” (Bensaïd, 2008: 76) pode ser interpretada e conceituada a partir de uma interface com as análises de David Harvey. Segundo este autor, o capitalismo financeiro - que emerge por ocasião da crise do Welfare State keynesiano – constitui o poder coordenador. Nesta complexa configuração, se por um lado o Estado necessita criar condições favoráveis de investimento para atrair o capital; por outro lado, necessita exercer controle sobre a volatilidade e a fluidez do mesmo (Harvey, 1998) para impedir que a sua ação letal “triture os homens, transformando-os em massa”, tal como afirma Polanyi (2000)<sup>5</sup>. Essa é a antítese que subjaz o Estado nacional contemporâneo. No entanto, enquanto Bensaïd vê a globalização do ponto de vista unidimensional e totalizante – ou seja, a globalização imperial fundamentada na criação de um livre mercado bem como na consolidação do capitalismo norte-americano nas principais regiões econômicas do mundo – tal fenômeno pode ser pensado a partir de outro enfoque: o multidimensional. Isso não implica adotar uma postura omissa e negligente ante a desigualdade, que é subjacente ao processo de globalização; porém, não reduzi-la a um fator meramente econômico. Trata-se de um processo que abarca as esferas cultural, política, tecnológica

---

<sup>5</sup> Em relativa convergência com o pensamento de Karl Polanyi quanto à primazia da ordem de mercado, Charles Lindblom chama atenção para a posição privilegiada dos empresários no sistema político de todas as sociedades orientadas para o mercado. Nessas sociedades, a coordenação e organização de tarefas são colocadas nas mãos de dois grupos de pessoas responsáveis, funcionários ou líderes. Um grupo consiste de governantes em níveis suficientemente altos. O outro grupo consiste de empresários. As tarefas atribuídas aos empresários não são menos importantes do que aquelas atribuídas aos governantes. Para os empresários é atribuída a organização da força de trabalho nacional, cuja tarefa é em si mesma, talvez o maior e mais básico problema específico na organização social enfrentada por qualquer sociedade. Os empresários acumulam diretamente o capital, a distribuição de renda, a conservação dos recursos assim como a organização da produção. Para o autor, nenhuma sociedade pode alcançar uma democracia plenamente desenvolvida porque o mercado *aprisiona* o processo de tomada de decisão política bem como aprisiona as tentativas de melhorar as instituições. O ponto central, portanto, é que *o sistema de mercado aprisiona a política* (Lindblom, 1982: 324-336).

etc. (Held e McGrew, 2001). Ademais, deve-se pensar que é possível formular estratégias alternativas de desenvolvimento e inclusão social nesse quadro heterogêneo, diverso e multifacetado, como o caso brasileiro mais recente parece demonstrar.

Ainda segundo Bensaïd, a crise da esquerda é produto de um duplo movimento: a falência do comunismo burocrático e a derrocada do Estado keynesiano. Nos dias de hoje, portanto, não há como definir o que é esquerda tampouco direita. O que há é um homo politicus ambidestro. Assim, “nem panos de prato nem toalhas de mesa, mas um monte de trapos [...] ‘uma diversidade sem diferença’, uma constelação de singularidades indiferentes” (Bensaïd, 2008: 44). Desse modo, para diversificar o eleitorado, chegar ao poder e realizar reformas sociais dentro das instituições do capitalismo foi crucial para os partidos de esquerda suprimir o ímpeto revolucionário e obedecer às regras da democracia representativa/liberal como o voto, a competição eleitoral e o princípio da alternância de poder. Diante disso, restou a esquerda radical – cujo maior exemplo, no Brasil, é o PT dos anos 1980 e 1990 – abolir o viés revolucionário, renovar as concepções programáticas e adotar uma visão pragmática diante das restrições institucionais da democracia representativa e das limitações estruturais da economia de mercado (Roberts, 2008). Tal pragmatismo não implica deixar de lado a dimensão social do desenvolvimento (Boschi e Gaitán, 2008), mas retomar – dentro da ordem capitalista - as capacidades estratégicas de planejamento do Estado na provisão de políticas públicas, tendo como nortes a promoção da cidadania e da inclusão, ainda que bastante precárias pela ênfase conferida ao consumo de viés estritamente individualista.

As recentes iniciativas de recomposição e recuperação das capacidades do Estado brasileiro para o planejamento de políticas públicas – ainda que dentro das limitações instituídas pelo legado neoliberal - estão em patamar diametralmente oposto aos ditames impostos pelas instituições financeiras dos países – agora em crise – da Europa e dos EUA. Tais instituições são historicamente partidárias de um programa de arrefecimento do Estado e de acusações condenatórias das empresas públicas como as maiores fontes de estagnação e ineficiência econômica dos países menos desenvolvidos - Less Developed Countries (LDCs) (Chang, 2003: 29). Trata-se de uma agenda a ser irrevogavelmente prescrita aos países da periferia e da semi-periferia do capitalismo. A



contradição subjacente a este processo é que os países ricos não seguem à risca a agenda de privatização, de desregulamentação, de liberalização, de redução do escopo das políticas sociais e de retração do papel do Estado, que prescrevem para as nações em desenvolvimento. O *laissez-faire*, no sentido estrito da palavra, não existe. Trata-se de uma falácia! É na esteira dessa discussão que o trabalho clássico de Há-Joon Chang aplica a perspectiva histórico-institucional à análise do desenvolvimento econômico em contraposição à predominância da economia neoclássica. O autor critica o discurso disseminado em prol das “boas políticas”, das “boas instituições” e da “boa governança” - como o Judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada e intelectual e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, assim como as instituições financeiras - prescritas pelo Consenso de Washington. A sua obra focaliza o século XIX e o início do XX, sobretudo o período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas (1815) e a gênese da I Guerra Mundial (1914), durante o qual a maioria dos países desenvolvidos como a Grã-Bretanha, EUA, Alemanha e França estava passando pela Revolução Industrial. À luz das interpretações e convergências teóricas entre Chang e Bensaid, o processo descrito acima, segundo este último autor, pode ser caracterizado como uma iniciativa imperialista proveniente das grandes potências, que aspiram disseminar as instituições capitalistas pelos países pobres, mercantilizando as suas sociedades e suprimindo as suas soberanias nacionais.

Nesta configuração, segundo Chang, as “instituições boas” são fundamentalmente as existentes nos países desenvolvidos, principalmente nos anglo-saxônicos. Certamente, os países desenvolvidos não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e instituições que advogam e recomendam às nações em desenvolvimento. O autor, portanto, questiona a sabedoria convencional de que as políticas e instituições tão recomendadas aos países em desenvolvimento foram adotadas pelos países

---

<sup>6</sup> Sendo o berço intelectual das doutrinas modernas do *laissez-faire*, a Grã-Bretanha, quando do início do seu processo de industrialização, paradoxalmente adotou medidas protecionistas e intervencionistas para impedir a transferência de tecnologia para os concorrentes potenciais (pode-se mencionar como exemplos o controle da migração da mão-de-obra especializada ou da exportação de maquinaria) e no sentido de pressionar os países menos desenvolvidos, sobretudo a partir do emprego da força quando necessário (Chang, 2004: 37).

desenvolvidos quando se achavam em processo de desenvolvimento e construção institucional. Um exemplo emblemático é o dos EUA, que não somente se tornou o mais fervoroso praticante – e o berço intelectual – do protecionismo e passou a ser o líder mundial da indústria. Após a II Guerra Mundial, quando da vigência e notoriedade da pujança industrial, os EUA fizeram precisamente o mesmo que a Grã-Bretanha fez no século XIX, defendendo o livre-comércio, ainda que tivessem obtido tal supremacia a partir do uso nacionalista de ardente protecionismo (Chang, 2004: 11-22). Isto é que é “chutar a escada” dos países em desenvolvimento.

Assim, em contraposição à supremacia do mercado, os institucionalistas tentam explicar as distintas capacidades dos países para engendrar um efetivo e eqüitativo processo de reestruturação por suas diferenças em instituições políticas e econômicas. Deste modo, o sucesso ou não de uma economia depende de uma gama de instituições, das quais o mercado é somente uma delas. Apesar do que os neoliberais levam-nos a acreditar, a fronteira entre o econômico e o político não é alguma coisa naturalmente dada, mas algo que pode variar ao longo do tempo e lugar. As capacidades de administração dos conflitos e a autonomia do Estado vis-à-vis os grupos de interesse têm um papel econômico extremamente importante na explicação do desempenho diferencial das economias, que pode contribuir para instituir uma nova estrutura de direitos de propriedade bem como de gestão dos conflitos (Chang, 2003: 46-70; Evans, 1993; Skocpol, 1985).

Em relação ao caráter assimétrico e desigual da globalização, o relevante trabalho de Erik Reinert intitulado *How Rich Countries Got Rich ... and Why Poor Countries Stay Poor*, e que também dialoga com o arcabouço teórico e analítico de Daniel Bensaïd, chama atenção para o fato de que alguns países especializam-se em atividades de rendimentos crescentes e outros em atividades de rendimentos decrescentes. Os países ricos especializam-se em vantagens comparativas feitas pelo homem, enquanto os países pobres especializam-se em vantagens comparativas feitas pela natureza. As oportunidades para a inovação e a mudança técnica são desigualmente distribuídas entre as atividades econômicas. Como evidências empíricas, o autor menciona que hoje, a terceirização dos produtos não-mecanizáveis dos EUA para o México e outros países

vizinhos reproduz as condições dos trabalhadores da Europa do século XIX. No México, a indústria maquila situada próxima à fronteira americana cresce à custa da indústria tradicional, mas como a maquila paga salários mais baixos do que a indústria tradicional, está rebaixando a média salarial mexicana. Um efeito similar é encontrado na agricultura: a produção mecanizável (trigo e colheita de milho) é assumida pelos EUA, à proporção que o México se especializa na produção não-mecanizada (colheitas, morangos, frutas cítricas, pepinos e tomates), que reduzem as oportunidades do país para a inovação, travando-o em becos sem saída tecnológicos e/ou em atividades que retêm processos de trabalho intensivos (Reinert, 2007: 110-112).

Ademais, o impressionante crescimento econômico da China, Índia e Coréia do Sul está sendo mantido como um exemplo do sucesso da globalização. A questão que não é perguntada, entretanto, é a seguinte: a China, a Índia e a Coréia do Sul tomam ou tomaram a medicação recomendada – a saber, a integração econômica imediata? A resposta é, claramente, não. Os países que não tomaram a medicação recomendada estão constantemente sendo usados como prova da excelência da globalização. Tais países têm seguido, por cerca de 50 anos, variantes de uma política do FMI e do Banco Mundial, que agora impedem os países pobres de seguir. A Rússia, por outro lado, é um país que seguiu a terapia de choque recomendada com consequências desastrosas (idem: 118).

O livre comércio assimétrico levará às nações pobres a se especializarem em ser pobres, à medida que as nações ricas se especializarão em ser ricas. Para se beneficiarem do livre-comércio, as nações pobres devem primeiro livrar-se de sua especialização internacional em ser pobre. Durante 500 anos, isso não aconteceu em qualquer lugar sem a pesada intervenção do mercado. Em suma, o capitalismo, da forma como é definido hoje, é um sistema dentro do qual é possível se especializar em ser rico ou em ser pobre. Os trabalhadores nos países pobres são tão eficientes quanto aqueles dos países ricos, mas a diferença nos salários reais é enorme. Na economia global, somente as inovações constantes sustentam o welfare. Neste sentido, a metáfora de Schumpeter é que o capitalismo é como um hotel onde há sempre alguém que vive nos andares luxuosos, mas esses ocupantes estão sempre mudando. A economia global pode, em muitos aspectos, ser vista como um esquema de pirâmide da sorte – uma hierarquia do

conhecimento – onde aqueles que continuamente investem em inovação permanecem no ápice do welfare. As atividades econômicas de alta qualidade emergem de um novo conhecimento a partir da pesquisa. Assim sendo, os mecanismos de mercado, se deixados por si mesmos, tendem a ampliar em vez de diminuir as diferenças salariais existentes entre os países. A magia do mercado tenderá a aumentar as assimetrias já existentes entre os países ricos e pobres. Ademais, a competitividade de um país é, de acordo com a definição da OCDE, aumentar os salários reais, enquanto ainda permanecem competitivos nos mercados mundiais. Hoje, entretanto, na maioria dos países do Terceiro Mundo essa situação é virada de cabeça para baixo: os salários são reduzidos a fim de serem competitivos internacionalmente (idem: 114-148).

Portanto, a partir de uma interlocução com Bensaïd, eis os grandes desafios enfrentados pela “esquerda” contemporânea: depreciação das condições de vida dos trabalhadores, aprisionamento da política pela lógica do mercado, mercantilização da vida e esgarçamento do tecido social. Todavia, diante da descaracterização e da dissolução do viés transformador da “esquerda” no enfrentamento dessas questões, resta-nos, segundo o autor, manter aberto o espaço utópico para a emergência de uma alternativa global.

### **iii. Larry Bartels e a “democracia desigual” norte-americana: um contraste com o Brasil diante da crise dos países centrais do capitalismo?**

A obra de Larry Bartels intitulada *Unequal Democracy*, dotada de consistência teórica e base empírica, fornece ferramentas analíticas para pensar as realidades brasileira e norte-americana, sobretudo neste cenário de crise financeira internacional, que demanda progressivamente a ação estatal para intervir na esfera do mercado a fim de minimizar as suas externalidades negativas como a “socialização” das perdas. O trabalho de Bartels (2008) tem como inspiração uma grande mudança pela qual vem passando a sociedade americana ao longo das últimas três décadas – a escalada substancial da desigualdade econômica. Uma das justificativas empregadas pelo autor para esta pesquisa

é que as transformações econômicas têm atraído atenção considerável dos economistas, todavia muito pouca preocupação dos cientistas políticos.

Os observadores mais sensíveis da política americana suspeitam que a concentração de vasta riqueza nas mãos de pessoas abastadas tem aumentado sua influência na arena política, à proporção que a estagnação das rendas da classe média e dos mais pobres têm reduzido substancialmente a seu poder de barganha nos processos decisórios em matéria de políticas públicas. Como exemplos paradigmáticos desse processo podem ser mencionados o corte de impostos feito em benefício das camadas mais ricas e o apoio à rejeição da criação do imposto sobre heranças<sup>7</sup> que contemplaria os mais pobres. De fato, a iniciativa de política doméstica mais intrigante da década passada tem sido uma maciça transferência adicional de riqueza dos mais pobres e da classe média para as camadas mais ricas, na forma de reduções substanciais de impostos federais. O Congresso aprovou e o presidente Bush sancionou dois dos maiores cortes de impostos da história em 2001 e 2003. O custo total para o Tesouro desses cortes de

---

<sup>7</sup> Tamanha resistência não é muito distinta da manifestada pelas elites na América Latina e no Brasil, que se apropriam de amplas parcelas da riqueza produzida nacionalmente e são fortemente reativas às tentativas de taxaço progressiva por parte do Estado com a finalidade de distribuir renda e melhorar a qualidade dos serviços públicos, como é o caso da própria saúde pública brasileira, que é bastante precária. Por outro lado, em países como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura, a capacidade institucional e a arquitetura de um arranjo corporativo foram cruciais para extrair receitas de suas elites, constituindo-se nos pré-requisitos para o investimento tanto na expansão das capacidades em termos de formação de capital humano quanto no progresso industrial. Neste modelo de desenvolvimento orientado para fora e assentado na competitividade da indústria doméstica, tais países de industrialização recente (NICs) foram capazes de criar políticas e organizações para “governar o mercado” e elevar o padrão de vida de suas populações. Essas nações deram um salto com relação às práticas das economias Anglo-americanas e aos princípios ortodoxos da economia neoclássica (Wade, 1990). Os países asiáticos criaram economias com altas taxas de poupança doméstica, gestão cuidadosa do investimento estrangeiro, significativa capacidade para exportar bens manufaturados e limitada dívida externa. Essas tendências econômicas emergiram de atividades planejadas por Estados nacionais eficazes e ajudaram a estimular o crescimento econômico. Em contraste, muitos países da América Latina que abraçaram o “Consenso de Washington”, permaneceram mais dependentes da economia global, com baixas taxas de poupança interna, papéis menores para o capital nacional, maior dependência do capital estrangeiro para complementar a mobilização limitada de recursos domésticos, exportações focadas em commodities de baixo valor agregado e níveis relativamente altos de dívida externa. Ao longo das últimas duas décadas, a poupança média anual dos países asiáticos tem sido um pouco maior do que na América Latina. As origens dos diferentes caminhos percorridos pela Ásia e pela América Latina estão enraizadas em diferentes graus de *autonomia política* e *nacionalismo* desfrutados por tais Estados nacionais face às restrições globais. Esta autonomia, por sua vez, reflete os distintos processos de formação do Estado nas duas regiões, especialmente em torno da II Guerra Mundial (Kohli, 2009: 386-410).

2001 até 2013 está orçado em US\$ 4,6 trilhões – mais do que duas vezes o orçamento total anual no momento em que foram adotadas as medidas. Não obstante, milhões de cidadãos acreditam que o governo federal deve gastar mais dinheiro em uma variedade de programas, que os ricos pagam muito pouco em impostos e que a crescente desigualdade econômica é prejudicial à sociedade norte-americana. Paradoxalmente, esses mesmos cidadãos apoiaram simultaneamente políticas cujos principais efeitos têm sido reduzir a carga fiscal dos ricos, restringir o financiamento para os programas sociais do governo e exacerbar a desigualdade econômica, que é cada vez mais crescente (Bartels, 2008: 162-181).

A desigualdade econômica, que claramente tem profundas ramificações para a política democrática, constitui indubitavelmente um fenômeno político. Dessa forma, a análise da política partidária em torno da desigualdade econômica revela que os presidentes Democratas e Republicanos, ao longo da segunda metade do século XX, presidiram sob padrões distintos no que tange ao crescimento da renda. Em média, a renda real das famílias de classe média tem crescido duas vezes mais sob os Democratas do que sob os Republicanos, ao passo que a renda real das famílias trabalhadoras pobres tem crescido seis vezes mais nos governos Democratas do que nos Republicanos. Os governos Democratas são marcados por crescimento econômico vibrante, aumento do emprego e distribuição de renda, à medida que os governos Republicanos promovem contrações econômicas e o declínio da renda das famílias mais pobres e de classe média<sup>8</sup>. Então, questiona o autor: Por que muitas pessoas – incluindo a classe média e os pobres – persistem em votar nos republicanos? (idem)

---

<sup>8</sup> Em seu estudo intitulado *Political Parties and Macroeconomic Policy*, Douglas Hibbs examina os padrões de políticas macroeconômicas no pós-II Guerra e seus resultados associados com os governos de direita e de esquerda nas democracias capitalistas. O argumento basilar é que os *interesses econômicos objetivos* bem como as *preferências subjetivas* dos grupos de baixa renda são melhores servidos por uma configuração macroeconômica de alta inflação e baixo desemprego, ao passo que uma configuração de inflação baixa e desemprego elevado é mais condizente com as preferências dos grupos de alta renda. A análise sugere que as taxas de desemprego têm sido reduzidas por governos Democratas e Trabalhistas e acentuadas por governos Republicanos e Conservadores. Os grupos de renda média e baixa são mais avessos ao desemprego do que a inflação, à proporção que os grupos de alta renda estão mais preocupados com a inflação do que com o desemprego. Portanto, os governos seguem políticas macroeconômicas de acordo com os interesses econômicos objetivos e preferências subjetivas de sua clientela eleitoral definida em termos de classe (Hibbs, 1977).

Nos governos Republicanos, os aumentos salariais ocorrem em anos eleitorais e os eleitores mais pobres reagem a este aumento retrospectivamente, olhando somente o que é feito em ano eleitoral. Por serem mais sensíveis aos aumentos de renda, os eleitores pobres acabam votando nos Republicanos em momentos circunstanciais. São eleitores míopes, na avaliação de Bartels. Neste contexto, os governos são responsivos aos interesses dos cidadãos mais abastados, ignorando os interesses das camadas mais pobres da população. Por conseguinte, como numa democracia em que a maioria escolhe os seus representantes, há uma prioridade concedida aos mais ricos? Em termos aristotélicos, o sistema político norte-americano funciona não como uma “democracia”, mas como uma “oligarquia”. Trata-se de uma democracia fortemente desigual. Ainda segundo Bartels, os trabalhadores americanos estão sofrendo congelamento dos salários, retração dos benefícios e a diminuição da seguridade no emprego. Outrossim, a diferença de renda entre ricos e pobres tem crescido vertiginosamente. Esse cenário desfavorável somente se agrava, à medida que a crise no epicentro do capitalismo se aprofunda e medidas pró-cíclicas – como contingenciamento das políticas sociais, retração do Estado e corte de impostos – são defendidas pelos Republicanos para equacionar o problema, porém somente o agravam.

A agência de classificação de risco, Standard & Poor's (S&P), rebaixou, pela primeira vez na história, os papéis da dívida americana de AAA para AA+ e a maior economia global já não têm os títulos mais confiáveis do mundo. Ademais, segundo a pesquisa Gallup referente a junho de 2011 sobre a confiança dos americanos na economia, que entrevistou 1.500 pessoas, 78% acreditam que a economia está piorando, ao passo que 19% acreditam que a economia está melhorando. Assim, com a confiança decrescente, a população gasta menos. Cai a demanda e, conseqüentemente, o PIB. O desemprego, por sua vez, se propaga (Folha, 2011a).

Para solucionar a crise, o presidente Obama, do Partido Democrata, defende uma reforma tributária que aumente os impostos dos mais ricos e condena as ideias de corte de gastos públicos e de benefícios sociais oriundas dos congressistas do Partido Republicano. Estes, por sua vez, resistem ao aumento de impostos e defendem que a maior parte da contenção venha de cortes nos gastos públicos (Folha, 2011b). Eis o

impasse e o grande dilema distributivo, que vem afetando não somente os EUA, mas os países da Europa em um contexto de crise sistêmica do capitalismo. No caso do Brasil, tal polarização de ideias esteve presente durante o colapso do sistema financeiro internacional, desencadeado em setembro de 2008.

Neste país, a retomada da função planejamento estatal nos primeiros anos do século XXI vem contribuindo para revitalizar o papel do Estado como propulsor, indutor e arquétipo do desenvolvimento. Há em construção um repúdio à ideologia que colocou os mercados no cerne do modelo de desenvolvimento, ainda que o modelo em curso preserve os fundamentos macroeconômicos neoliberais, como a austeridade fiscal e as metas de superávit primário para o pagamento dos juros da dívida. Do ponto de vista empírico, nesta última década, o país cresceu distribuindo renda, reduziu substancialmente um enorme contingente da população (30 milhões aproximadamente) em situação de pobreza extrema e criou, pela primeira vez, um mercado interno de consumo de massas (tendo em vista que o eminente cientista social Celso Furtado destacava a concentração de renda e a ausência de um mercado interno vigoroso como características distintivas do subdesenvolvimento brasileiro). Outrossim, apesar da rotatividade, da fragmentação e da informalidade como características estruturais do mercado de trabalho, houve o aumento do emprego formal em nível nacional, particularmente, na região Nordeste – área outrora marginalizada dos grandes projetos modernizadores capitaneados pelo Estado brasileiro –, em estados como Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão e Bahia (Caged, 2010). O Índice de Expectativa das Famílias<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Segundo o IEF, a confiança das famílias atua como fator redutor ou indutor do crescimento econômico. Se as expectativas estão otimistas em relação ao futuro; tende-se a gastar mais; quando há forte pessimismo, gasta-se menos. O monitoramento das expectativas das famílias sobre o consumo, dívidas e mercado de trabalho, além da situação econômica do país, tem o objetivo de produzir sinalizações sobre suas decisões de gastos e poupança futuras, constituindo indicadores úteis na antecipação nos rumos na economia de curto prazo. No que tange à metodologia desta pesquisa, para cada uma das questões observa-se a proporção de famílias que marcam uma resposta otimista quanto: (1) ao bom momento para adquirir bens de consumo duráveis; (2) a situação financeira da família comparada à de um ano atrás; (3) a situação financeira da família daqui a um ano; (4) a situação econômica do Brasil daqui a um ano; (5) a situação econômica do Brasil daqui a cinco anos; (6) as condições sobre quitamento de contas atrasadas no próximo mês; (7) a percepção do responsável pelo domicílio sobre a estabilidade da ocupação; (8) a percepção dos outros ocupados na família sobre estabilidade na ocupação; e (9) a percepção do responsável do domicílio sobre melhoria profissional nos próximos seis meses (Ipea, 2010a).



destaca o crescimento da expectativa da população brasileira quanto futuro, no que diz respeito ao emprego, à renda e ao potencial de consumo, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país (Ipea, 2010a). Nesta linha de análise, as políticas estatais contribuíram para criar uma nova classe média, a Classe C<sup>10</sup> (Neri, 2011) - ainda que esta seja bastante precarizada do ponto de vista da nível educacional, da qualidade de vida e da inserção no mercado de trabalho - gerando grandes aumentos de renda ocorrendo concomitantemente com a queda continuada da desigualdade (IPEA, 2010b). É importante elucidar que a diminuição do ritmo de geração de emprego formal/celetista, em 2009, deve ser atribuída aos impactos da crise financeira internacional, desencadeada em setembro de 2008. Contudo, após a implementação das medidas anticíclicas pelo governo, o patamar ascendente de geração de empregos foi retomado.

Tais medidas foram postas pelo Executivo para contrabalançar os efeitos da crise e para que ela não afetasse, sobretudo, as conquistas já obtidas pelo governo em termos de distribuição social da renda. Dentre as principais iniciativas para o fortalecimento do

---

<sup>10</sup> Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV) e atual presidente do IPEA, salientou que, desde 2003, um total de 50 milhões de pessoas – com a capacidade de decidir uma eleição presidencial – foram incorporadas ao mercado consumidor. Nos últimos 21 meses até maio de 2011 as classes C e AB cresceram 11,1% e 12,8% respectivamente. Neste período, 13.3 milhões de brasileiros foram incorporados às classes ABC agregando aos 36 milhões que migraram entre 2003 e 2009. Deve-se considerar também a redução significativa - desde 2003 - do contingente da população brasileira situada nas classes D e E, cujos níveis de pobreza e privação são mais latentes (Neri, 2011). Todavia, há posicionamentos antitéticos no que diz respeito à existência dessa nova classe média brasileira, como a do sociólogo Jessé Souza, que foge das análises economicistas/unidimensionais e quantitativas na caracterização das classes sociais. Segundo o autor, não se trata de uma classe média, mas de “batalhadores”, desprovidos de capital cultural, de privilégios de nascimento e de tempo livre para a incorporação de qualquer forma de conhecimento técnico, científico ou filosófico-literário valioso, que são típicos das classes médias tradicionais. Os batalhadores, em sua grande maioria, precisam começar a trabalhar cedo e estudam em escolas públicas muitas vezes de baixa qualidade. Como lhes faltam tanto o capital cultural altamente valorizado das classes médias quanto o capital econômico das classes altas, eles compensam essa falta com extraordinário esforço pessoal, dupla jornada de trabalho e aceitação de todo tipo de superexploração da mão de obra. Por fim, essa nova classe de trabalhadores, típica do novo tipo de capitalismo financeiro que logrou se globalizar, parece se constituir na questão social, econômica e política mais candente do Brasil contemporâneo (Souza, 2010, 2011ab). Apesar dessas visões dissonantes, e do fato de que as transformações desencadeadas pelo capitalismo de mercado criaram condições para a conversão do *cidadão pleno* em *consumidor em potencial* – retirando da noção clássica e universal de cidadania o seu conteúdo basilar –, foi dado um passo importante no sentido de incorporar setores sociais histórica e estruturalmente excluídos num autêntico *mercado doméstico de consumo de massas*. Trata-se de um desafio dos Estados nacionais latino-americanos e, sobretudo, do Estado brasileiro.

mercado interno destacam-se a manutenção e ampliação do escopo dos programas sociais (como é o caso do Bolsa Família), a redução de impostos sobre os produtos industrializados (IPI), os grandes projetos infraestruturais de intervenção como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas habitacionais voltados à população de menor renda como o Minha Casa Minha Vida, o acesso ao crédito visando estimular o consumo doméstico bem como a continuação da política de valorização do salário mínimo. Bem assim, deve-se salientar outros elementos de ordem institucional que convergiram para que o Brasil saísse favoravelmente da crise de 2008. São eles: o papel das trajetórias prévias e características institucionais, as correções de rota nas percepções das elites estratégicas bem como a centralidade e o papel do Poder Executivo no arcabouço institucional republicano brasileiro (1) enquanto articulador de burocracias weberianas, constituídas ao longo do tempo, (2) enquanto formatador das relações capital/trabalho e, (3) enquanto articulador das relações entre o setor privado e o Estado por meio de uma estrutura corporativa de representação de interesses; além da mudança operada no “quadro de referência” das elites dirigentes (Becker, 2007, 2009; Boschi, 2010; Boschi e Lima, 2002; Evans, 2005; Kohli, 2004).

Na órbita internacional, cabe mencionar a recente iniciativa da Comunidade das Nações em favor de um “Novo Bretton Woods”. Essa iniciativa oferece uma boa ilustração de como a crise financeira recente tem voltado à atenção dos Estados nacionais para a fragilidade da governança financeira global e para a expansão das prerrogativas políticas e do poder de barganha dos países do Terceiro Mundo<sup>11</sup> e do Sul Global face ao ambiente de competição engendrado pelas corporações transnacionais. Essa crise também deixa claro o quão difícil é para os esforços coletivos reconstruir a governança financeira global para ir além de mudanças marginais e superficiais. Qualquer consideração dos esforços para reestruturar os mercados globais no bojo de uma “social democracia globalizada” deve lidar, em primeiro lugar, com a imensa e crescente

---

<sup>11</sup> Entretanto, apesar de sua aparente vantagem de negociação, a dependência dos países do Terceiro Mundo - os quais são hospedeiros das corporações multinacionais no sistema econômico internacional - somada aos interesses dos países centrais na manutenção do *status quo*, limitam severamente a sua capacidade para exercer o seu poder de barganha em potencial (Tarzi, 2010: 179).

heterogeneidade do “Sul”. A hegemonia histórica do Norte criou interesses compartilhados no Sul, que ainda persistem. Os direitos de propriedade privada, particularmente os direitos com relação a ativos intangíveis, permanecem concentrados no Norte enquanto a pobreza está esmagadoramente centralizada no Sul. Assim, tentar alcançar uma agenda social democrata no que tange à reconstrução dos mercados globais também cria problemas de ação coletiva no âmbito nacional. A exploração do futuro da social democracia globalizada deve incluir uma avaliação das possibilidades para transcender os interesses cada vez mais divergentes na esfera nacional, de modo a considerar como os compromissos resultantes poderiam ser agregados para permitir a ação coletiva internacionalmente. Aceitar a institucionalização atual dos mercados globais como algo dado não é uma opção prática para os social-democratas no Sul (Evans, 2005, 2009; Tarzi, 2010).

Neste quadro de crise, é importante apontar que, no coração das transações financeiras internacionais reside a questão da confiança. Tendo em vista as suas necessidades financeiras e falta de poupança, os mercados emergentes são altamente dependentes dos fluxos internacionais de capital. Para assegurar esta confiança, manter a lealdade dos investidores, evitar a sua voz ou a sua saída não é suficiente adotar ou adaptar as políticas econômicas que fazem sentido em termos de fundamento. Eles têm de lidar com as instáveis e rápidas convenções de mudança que governam os mercados emergentes. Tais convenções são quadros cognitivos com suas próprias regras, limitações e tabus: convenções que mudam de acordo com as percepções macroeconômicas, financeiras, sociais e políticas dos analistas dos mercados emergentes. Neste sentido, agências de rating, governantes, organizações internacionais, jornais e agências de informação são todos atores neste jogo de confiança. Entre esses atores, analistas financeiros, economistas, estrategistas, analistas de títulos e gestores de fundos são os principais agentes. Nas arenas do jogo de confiança internacional, investidores, estrategistas e analistas têm muitas oportunidades para comprar e vender estoques e títulos nos chamados mercados emergentes. Alguns afugentados pelos riscos crescentes ou por ocasião de oportunidades mais atrativas noutra lugar, podem simplesmente sair do país. Outros, infelizes com as políticas implementadas, podem parar de comprar

produtos específicos dos mercados emergentes, ações ou títulos, usando o que Hirschman rotulou de a opção de saída (Santiso, 2003).

A opção de voz é menos simples e mais dispendiosa, de um ponto de vista temporal, do que a opção de saída. Ela implica envolvimento e, finalmente, uma dimensão política, que é a articulação de interesses. Para além da dimensão política, a voz dos participantes no mercado pode ser organizada por meio de associações privadas. Para os governos, no entanto, a tarefa será restaurar a confiança. Os governos nos países emergentes também podem levar em conta a voz dos investidores insatisfeitos e melhorar a qualidade de suas políticas. Perceber e responder às vozes do mercado é, portanto, crucial para os governos se quiserem permanecer no jogo de confiança. Contudo, o problema nos mercados financeiros é que as opções de saída estão (quase) sempre disponíveis. Outro aspecto igualmente relevante dos mercados financeiros é a lealdade, que é problemática e contribui para tornar a saída uma opção mais provável do que a voz. A lealdade está diretamente vinculada à credibilidade. A propensão para permanecer leal depende da confiança atribuída às ações dos governantes. Certamente, um governo que enfrenta recessão econômica, uma guerra ou qualquer choque adverso e ainda honra os seus compromissos aumenta a sua credibilidade aos olhos dos investidores. Em um mundo de crescente mobilidade do capital e de explosão de passivos de curto prazo, que resultam da liberalização financeira, recuperar ou manter a confiança torna-se um ativo estratégico para o desenvolvimento econômico dos países emergentes. Sem confiança, mesmo os investidores domésticos podem sair do país. Eles podem converter os seus ativos de curto prazo, os depósitos bancários e as contas do governo em moeda e tirá-las do país. Os Estados não são sempre os perdedores e os mercados sempre os ganhadores do jogo. Os Estados podem restaurar a confiança e a lealdade dos mercados com sucesso. Um bom exemplo é fornecido pela Argentina quando os policy-makers responderam à propagação dos efeitos da desvalorização mexicana em 1994, e a desvalorização brasileira em 1999 (Hirschman, 1973; Santiso, 2003).

Este cenário de crise financeira sistêmica do capitalismo globalizado exige cada vez mais confiança e credibilidade dos países emergentes junto aos mercados no sentido

de honrar contratos, cortar gastos públicos em áreas sociais estratégicas e manter a ortodoxia fiscal. O Brasil, dentro das limitações estruturais de uma economia de mercado, tem visto este quadro contingente como uma oportunidade para forjar um projeto nacional autônomo. Isto se configura mediante a demanda por uma inserção cada vez mais assertiva do país no front externo – a despeito dos constrangimentos que ela possa lhe impor, do ponto de vista da resistência de alguns dos seus parceiros regionais – e em sinergia com a estratégia de desenvolvimento capitaneada na esfera doméstica (Lima e Hirst, 2009; Pinho e Granja, 2011). Por conseguinte, é possível dizer que o Estado e suas elites dirigentes estratégicas usufruem de capacidades institucionais de coordenação para levar a cabo uma agenda de políticas públicas com a finalidade precípua de reparar as mazelas sociais estruturais da Unequal Democracy brasileira?

Embora a desigualdade social do Brasil seja uma das maiores da América Latina, segundo pesquisa empírica divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no período 2004-2009, a desigualdade na distribuição de renda entre os brasileiros, medida pelo coeficiente de Gini, diminuiu 5,6% e a renda média real subiu 28%. Essa evolução na distribuição de renda foi, em grande parte, motivada pelo crescimento econômico e a geração de empregos. Também contribuíram as mudanças demográficas e o lento aumento da escolaridade da população adulta. Mas a grande novidade foi a transformação da política social em protagonista dos processos de mudança, por meio dos aumentos reais do salário mínimo, e da expansão das transferências focalizadas de renda. Nesse intervalo de tempo, a parcela da população brasileira vivendo em famílias com renda mensal igual ou maior do que um salário mínimo per capita subiu de 29% para 42%, passando de 51,3 a 77,9 milhões de pessoas. A despeito do ganho de bem-estar do período, em 2009, ainda havia 107 milhões de brasileiros vivendo com menos do que R\$ 465 per capita mensais (Ipea, 2011).

Usando os valores que definiam a elegibilidade para os benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) ao ser criado, essas pessoas podem ser divididas em três estratos de renda: os extremamente pobres, que, em 2009, tinham renda até R\$ 67 mensais; os pobres, com renda entre R\$ 67 e R\$ 134; e os vulneráveis, com renda entre R\$ 134 e R\$ 465. A população nas faixas de renda extremamente pobre, pobre, e vulnerável

decreceu em tamanho absoluto. O estrato pobre foi o que mais se reduziu em número de pessoas, mas a maior redução relativa foi a dos extremamente pobres. A composição da renda média dos estratos pobre e extremamente pobre mudou substancialmente. O aumento real do salário mínimo garantiu que famílias com pessoas que o recebem como renda do trabalho, da previdência ou assistência social ficassem entre as pobres ou entre as vulneráveis, fazendo cair a participação das fontes de renda de valor igual ou superior ao mínimo para a média dos extremamente pobres. Em 2009, tornou-se altamente improvável encontrar um recebedor de salário mínimo em família extremamente pobre. No extremo oposto da distribuição, quase toda a renda dos não pobres provém do trabalho ou da previdência social de mais de um salário mínimo (*idem*).

Um aspecto da pobreza que não mudou, entretanto, foi a sua distribuição espacial. A divisão do país segundo as macrorregiões, em áreas urbanas e rurais, e o tamanho médio dos municípios revelam a mesma concentração da pobreza nacional nos pequenos municípios do Nordeste. As principais mudanças no perfil da pobreza brasileira no período 2004-2009 foram direta ou indiretamente relacionadas à elevação do bem-estar na dimensão representada pela renda domiciliar per capita, pois, em outras dimensões, a evolução não teve a mesma intensidade. A política social teve papel central nessas mudanças, por meio dos aumentos reais do salário mínimo e da expansão da cobertura e do valor das transferências focalizadas de renda. A cobertura quase integral dos idosos por transferências da previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo doméstico, um seguro contra a pobreza extrema, ou mesmo contra a pobreza. E os benefícios do PBF vinculados à presença de crianças e jovens foram, para várias famílias, a complementação para que escapassem da extrema pobreza ou da pobreza, situações nas quais permaneceriam se tivessem que contar apenas com a renda de seus membros ativos (*idem*).

No período 2004-2009, a mudança estrutural na distribuição da renda que provocou a melhoria global de bem-estar foi o crescimento com distribuição via inclusão no mercado de trabalho. Por meio dos empregos formais criados no período, conjugados ao aumento do salário mínimo e à melhor remuneração de todos os

ocupados, é que a pobreza extrema e a pobreza decresceram. Em segundo lugar em importância na redução da pobreza vieram as transferências da previdência e da assistência social – mais especificamente, do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Bolsa Família só pôde tirar dos estratos mais baixos famílias que tinham algum membro conectado ao mercado de trabalho, à previdência ou beneficiário do BPC (idem).

Por conseguinte, à proporção que a desigualdade vem sendo produzida nos países centrais do capitalismo, provocando o aumento da pobreza e a deterioração das condições sociais de existência, o Brasil vem caminhando para a redução de suas mazelas estruturais e apostando em políticas de inclusão, ainda que a qualidade e a substância desta inclusão sejam muito precárias e embrionárias.

#### **iv. Albert Hirschman e a “retórica da intransigência”: as teses da perversidade, da futilidade e da ameaça mobilizadas contra as políticas públicas de redução da pobreza e da desigualdade**

Tendo em vista a crítica conservadora dirigida contra o Welfare State, sobretudo se a enquadrarmos no debate brasileiro quanto à natureza, dimensão e escopo das políticas sociais, Albert Hirschman nos mostra o seguinte: ainda que as transferências de pagamento aos desempregados, aos desvalidos e pobres em geral sejam bem-intencionadas, tais auxílios induzem à “preguiça, à depravação” e à dependência, condenando os pobres em sua pobreza. Desta forma, a alegação contemporânea é a de que o Welfare State põe às liberdades individuais e o governo democrático em perigo. Coincidentemente, as primeiras ideias nessa direção emergiram na Inglaterra, principalmente por meio da obra *The Road to Serfdom* (O Caminho da Servidão), de Friedrich Hayek. Esse trabalho forneceu ampla base para a inferência de que o Welfare State ameaça a liberdade e a democracia. A idéia subjacente é que qualquer tendência à expansão da competência do governo está fadada a ameaçar a liberdade. Logo, os argumentos da perversidade, da futilidade e da ameaça foram ideológica e incisivamente

dirigidos contra três grandes medidas “revolucionárias”, “progressistas” ou “reformistas” dos últimos séculos: os direitos civis, políticos e sociais de cidadania enunciados por T. H. Marshall<sup>12</sup>. Essas medidas investidas levaram a recuos dos programas progressistas, agravando o sofrimento e a miséria humana (Hayek, 2010; Hirschman, 1992).

Não obstante a severa crítica direcionada às políticas de welfare, nesta última década, diante da retomada de uma estratégia nacional em sinergia com o restabelecimento do poder infraestrutural<sup>13</sup>(Mann, 1984, 2006, 2008) do Estado - mormente debilitado após décadas de inércia e obsolescência -, o Brasil vem constituindo um caso singular. Trata-se de um momento histórico inédito que se constitui a partir da chegada ao poder de partidos e/ou coalizões de esquerda, centro-esquerda e progressistas na América Latina e no Caribe, diante da aquiescência às instituições da democracia parlamentar/partidária e às regras da competição eleitoral. Além disso, tais forças políticas, que concebem a questão social como o cerne das políticas de desenvolvimento, apresentam concepções distintas acerca do grau, ritmo e intensidade do intervencionismo estatal. De certo modo, essas iniciativas vêm

---

<sup>12</sup> O conceito de cidadania desenvolvido por T.H. Marshall (1967) foi elencado em três vertentes evolutivas: a civil, a política e a social, erigidas, respectivamente, nos séculos XVIII, XIX e XX. Neste contexto, os direitos civis constituem os direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e convicção religiosa e/ou filosófica, o direito à propriedade e à justiça. Os direitos políticos dizem respeito ao direito dos cidadãos participarem do exercício do poder político como membros de uma agremiação investidos de autoridade política ou como eleitores de tal organismo. Já os direitos sociais estão circunscritos a um mínimo de bem estar econômico, segurança bem como ao direito de partilhar da herança socialmente produzida. Desta maneira, o conceito de *cidadania* compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e respaldados por uma lei comum. Seu desenvolvimento é impulsionado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos. A diminuição da desigualdade fortaleceu a luta por sua abolição, pelo menos com relação aos elementos essenciais do bem-estar social. Tais medidas devem-se, em parte, à incorporação dos direitos sociais ao *status* de cidadania e à conseqüente criação de um direito universal.

<sup>13</sup> Segundo o sociólogo Michael Mann, o Estado moderno ideal combinaria *grande poder infraestrutural* com *limitado poder despótico*; isto é, a capacidade do Estado mobilizar recursos necessários para penetrar uniformemente a sociedade civil e implementar logisticamente as decisões políticas em todo o território por meio da provisão de serviços públicos indispensáveis (tais como saúde, educação, segurança e proteção social), constituindo um Estado nacional com capacidade de permear integralmente à sociedade, burocrático e, principalmente, democrático. Logo, o grande desafio dos Estados latino-americanos abarca a questão de como incorporar vastos e diversificados contingentes populacionais a uma autêntica cidadania nacional, que sustente Estados com infraestruturas poderosas capazes de tornarem-se plenamente democráticos (Mann, 1984, 2006, 2008).



contrariando o projeto de poder perpetrado pelas elites conservadoras, patrimonialistas e oligárquicas internas, que usurparam os recursos naturais disponíveis em seus territórios por séculos, apropriaram-se privadamente de grande parte das riquezas produzidas nacionalmente e não formularam projetos alternativos à agenda neoliberal, que depreciou em demasia as condições de vida de uma massa cada vez mais pauperizada, desempregada e excluída. Por conseguinte, o Novo-Desenvolvimentismo<sup>14</sup> em curso no Brasil, a despeito do fato de ser produto de uma coalizão encabeçada por um partido de centro-esquerda com partidos conservadores do espectro ideológico e programático, promove a retomada da política. Ele visa contestar os “quadros de referência<sup>15</sup>” das elites dirigentes pregressas - que sacralizavam o mercado como o centro do modelo de desenvolvimento - e institucionaliza deliberadamente um conjunto de políticas públicas

---

<sup>14</sup> O sentido de desenvolvimento aqui esboçado contempla as seguintes dimensões: (1) inserção internacional soberana; (2) macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego; (3) infra-estrutura econômica, social e urbana; (4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; (5) sustentabilidade ambiental; (6) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e (7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia (Cardoso Jr., 2010). Ademais, este conceito tem suas origens no pensamento keynesiano e na vertente cepalina neoestruturalista; e, como tal, defende as seguintes teses: (1) a inviabilidade de um mercado forte sem um Estado forte; (2) o crescimento sustentado a taxas elevadas está condicionado ao fortalecimento dessas duas instituições e a adoção de políticas macroeconômicas adequadas; (3) mercado e Estado fortes somente serão construídos por meio de um projeto nacional de desenvolvimento que aglutine crescimento econômico sustentado com equidade social, o que implica superar a disjuntiva Estado/mercado; e (4) a redução da desigualdade social é inconcebível sem o crescimento a taxas elevadas e continuadas. O seu pressuposto básico consiste na capacidade de combinar o aprendizado derivado da longa trajetória desenvolvimentista – vigente entre os anos 1930 e 1980 - com os fundamentos da estabilidade e integração dos países aos circuitos financeiros e comerciais globalizados do capitalismo, em crescente interconexão. Em síntese, trata-se de uma estratégia nacional que mobiliza o Estado como o *instrumento de ação coletiva da nação*, e que resgata o conceito de nação para acompanhar os países centrais a partir de um conjunto de instituições e de políticas voltadas para o desenvolvimento - *catch up*. (Bresser-Pereira, 2005, 2007, 2009a, 2009b; Boschi e Gaitán, 2008; Sicsú, De Paula e Michel, 2005; Sicsú, 2008).

<sup>15</sup> A partir de uma interlocução com a literatura sobre as *Variedades de Capitalismo* (VoC), a avaliação de Becker (2007, 2009) - na perspectiva dos sistemas abertos - aponta que os “quadros de referência” são determinados existencialmente, contemplando dimensões como a competitividade e/ou desempenho econômico das empresas, mas também são *constructos* ideológicos e políticos. Por conseguinte, estão circunscritos às relações de poder e abarcam uma diversidade de temas como segurança, emprego, padrões de igualdade social e bem-estar e proteção ambiental, que estão sujeitos às mais diversas interpretações em instâncias como partidos políticos, burocracias estatais, governos, organizações, sindicatos, empregadores e empresas, movimentos sociais e eleitores. É neste sentido que a eleição da heterogênea coalizão desenvolvimentista, em 2002, vem atuando no sentido de contestar os “quadros de referência” das elites pregressas encapsuladas no âmbito da burocracia estatal e, portanto, complacentes com as políticas liberais de retração progressiva do emprego, dos padrões de segurança social e de cidadania.

orientadas fundamentalmente para a expansão “para dentro” - mercado interno/distribuição de renda/inclusão social – e “para fora” - inserção soberana e assertiva na ordem global multilateral.

As forças conservadoras aludidas acima, cujos discursos (e porque não a prática política) estão fundamentados no arcabouço teórico de pensadores como John Locke, Edmund Burke, Joseph de Maistre e Friedrich Hayek, e que controlam os aparelhos ideológicos de produção e disseminação das ideologias dominantes têm forte ressonância no Brasil. Isso evidencia que as teses da perversidade, da futilidade e da ameaça, tal como elaboradas por Hirschman estão fortemente presentes no debate público brasileiro acerca da extensão das políticas sociais para as populações de baixa renda<sup>16</sup> e do grau de intervenção do Estado tanto na economia quanto na provisão daquelas políticas. Ademais, formular e implementar políticas públicas para os segmentos mais vulneráveis da sociedade implica, sobretudo, ampliar o escopo da ação estatal. Isso requer um Estado dotado de capacidades burocráticas, operacionais, institucionais e estratégicas de intervenção, principalmente nesses momentos de crise sistêmica do capitalismo globalizado, em que as forças de mercado exigem exatamente o contrário: arrocho fiscal, apropriação privada do patrimônio público e a retração do Estado na execução de políticas de proteção social.

Neste contexto, é importante definir com maior argúcia e rigor as três teses de Albert Hirschman. Em primeiro lugar, a tese da perversidade corrobora o argumento de que a tentativa de empurrar a sociedade em determinada direção fará com que ela, sim, se mova, mas na direção oposta. Em segundo lugar, a tese da futilidade anuncia que a tentativa de mudança é abortiva, que de toda forma qualquer suposta mudança é, foi ou será, em grande medida, falaciosa e, portanto, ilusória, pois as estruturas “profundas” da

---

<sup>16</sup> Em reportagem sobre o aumento dos acidentes nas estradas brasileiras, o jornalista Luis Carlos Prates, comentarista da RBS de Santa Catarina, afiliada da Rede Globo, atribuiu a causa dos acidentes à popularização do automóvel e, portanto, segundo ele, “aos miseráveis que passaram a ter carro neste governo espúrio sem que antes tivessem lido um livro”. Ainda de acordo com o jornalista “qualquer miserável tem um carro no Brasil de hoje”. Eis um dos exemplos empíricos e veementes das teses enunciadas por Hirschman, que, neste caso, apontam para o repúdio face à mudança (ou mobilidade social, por mais que precária) bem como para o sentimento de repugnância com relação aos mais pobres, considerados “inferiores”, tal como enunciavam, no século XVIII, autores como Edmund Burke e, em maior extensão, Joseph de Maistre.

sociedade permanecerão intactas. Por fim, a tese da ameaça assevera que o custo da reforma ou mudança proposta é elevado demais, na medida em que coloca em perigo outra realização precedente (Hirschman, 1992: 15-16). Por mais que as teses da perversidade e da futilidade operem em temáticas distintas, possuem algo em comum: ambas as teses defendem que as ações empreendidas para alcançar um propósito determinado fracassam miseravelmente em seu objetivo: ou não ocorre mudança alguma, ou a ação tem resultados opostos aos desejados (idem: 73).

Visto isso, a unificação dos programas sociais e a posterior implantação do Programa Bolsa Família em 2003, constituiu um contramovimento – segundo uma interface com Polanyi (2000) – às práticas de mercado vigentes nos 1990. Ainda assim, com mais de 30 milhões de brasileiros submetidos a uma condição miserável de existência, sobretudo os habitantes do Nordeste do país, onde a pobreza é intensa, a mesma retórica foi utilizada pelas elites políticas e econômicas dos partidos liberais e conservadores brasileiros contra o programa social de transferência de renda focalizado. Segundo o argumento desses setores, que mobilizaram progressivamente as teses da perversidade, da futilidade e da ameaça, tal programa social de caráter distributivo conduziria inexoravelmente à preguiça, à acomodação e à dependência do seu público alvo. Não haveria mudança alguma tampouco resultados desejados.

A despeito das críticas ao programa social focalizado, que vem contribuindo exitosamente para a redução do número de miseráveis no Brasil, e diante da reeleição de Lula da Silva em 2006, seguida da vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2010, os mesmos partidos – respaldados pela grande imprensa privada e conservadora - que veementemente criticaram o Bolsa Família; na recente corrida presidencial, paradoxalmente, defenderam até mesmo o seu robustecimento e ampliação. Quando os empresários estão em momentos de crise e recorrem aos empréstimos milionários concedidos pelo BNDES, a grande imprensa privada não demonstra insatisfação, pois instituir políticas públicas para reduzir a miséria é gasto público<sup>17</sup>, ao passo que conceder

---

<sup>17</sup> Dado que a pobreza brasileira constitui uma questão de natureza essencialmente sistêmica são imprescindíveis um conjunto de políticas setoriais e coordenadas para debelá-la, tais como transferência de renda e acesso a serviços públicos nas seguintes áreas: educação, saúde, assistência social, saneamento básico, energia elétrica, qualificação da mão-de-obra e inclusão produtiva. Segundo dados

vultosos recursos financeiros ao setor produtivo é investimento. Eis mais um dos inúmeros exemplos da(s) retórica(s) a que Hirschman se refere. O fato é que essas agremiações políticas, como é o caso do DEM e do PSDB, estão destituídas de uma concepção programática consistente e alternativa à agenda do governo. Por esta razão, em momentos de contingência eleitoral, defendem a ampliação dos programas sociais como o aumento do salário mínimo e o fortalecimento das políticas focalizadas de redução da pobreza aos quais fizeram historicamente oposição. Isso constitui um contrasenso e um verdadeiro paradoxo.

Neste complexo e polarizado embate acerca de qual instituição – se Estado ou mercado - deve promover a alocação dos recursos na sociedade capitalista brasileira, é importante suscitar as seguintes questões: (1) Estão sendo criadas condições políticas, societárias e institucionais para a construção de uma socialdemocracia no Brasil? (2) Dada a inexorabilidade e supremacia da globalização comercial e financeira, que aguça a competitividade – tanto entre os mercados como entre os Estados - e que cada vez mais impõe constrangimentos para a consecução da política doméstica, como forjar um projeto socialdemocrata potencialmente inclusivo? (3) É possível, com base na retomada das capacidades de planejamento estratégico do Estado instituir um welfare state suficientemente robusto, permeável à sociedade e garantidor dos direitos de cidadania diante da vigência dos circuitos globalizados do capital?

Nestas condições, é relevante estabelecer uma interlocução com o trabalho de Kenneth Roberts, que faz alusão às experiências europeias e latino-americanas para identificar várias restrições estruturais e institucionais no desenvolvimento das alternativas socialdemocratas contemporâneas. O autor também tenta identificar as oportunidades políticas para avançar nas metas socialdemocratas e empenha-se em explicar como que o processo atual difere daquele historicamente encontrado na Europa Ocidental. Assim, ao trabalhar para reduzir as desigualdades e expandir os direitos de

---

do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os 16,27 milhões de extremamente pobres no país estão concentrados principalmente na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), distribuídos 56,4% no campo, enquanto outros 43,6% em áreas urbanas. Daí a importância do Plano *Brasil Sem Miséria*, que, criado pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, apresenta metas ambiciosas para superar a situação de pobreza extrema do país até 2014 (MDS, 2011).

cidadania social dentro das restrições institucionais da democracia representativa e das limitações estruturais da economia de mercado, a esquerda latino-americana está jogando no terreno da socialdemocracia, cuja essência, por seu turno, é a reforma democrática do capitalismo no interesse da justiça social ou equidade. Os contornos desse terreno, contudo, são marcadamente distintos daquele que gerou os casos clássicos de socialdemocracia no norte da Europa, cabendo salientar que qualquer trajetória para a socialdemocracia na América Latina<sup>18</sup> irá percorrer uma rota diversa e culminar em um destino diferente (Roberts, 2008).

No caso específico do Brasil, ainda que seja um fenômeno recente e embrionário, está em gestação uma espécie de “corporativismo social-democrata globalizado”. Apesar da forte persistência do legado neoliberal, como é o caso da aquiescência à ortodoxia fiscal – no âmbito da política macroeconômica - e das medidas focalizadas de redução de pobreza – na órbita da política social -, tal arcabouço institucional aspira à inserção social de vastos setores populares no mercado doméstico de consumo de massas, no bojo de uma ordem liberal, capitalista e democrática. Trata-se de uma política radicalmente distinta (e distante) do modelo clássico de cidadania assentado na provisão de direitos sociais universais. Ademais, está circunscrita a uma conjuntura de limitação das prerrogativas soberanas do Estado nacional sobre a concretização da política doméstica. Todavia, vem caminhando no sentido de garantir direitos elementares. Tal “corporativismo social-democrata globalizado” enquanto Poder Executivo constitui um Estado orquestrador, aglutinador e agregador, uma vez que empreende esforços para garantir uma relativa sinergia e promover a fusão de interesses antitéticos (como os do capital e do trabalho) para a materialização de um programa nacional de desenvolvimento. Essa é a democracia estruturalmente desigual que vem, todavia, a partir da ação pública e deliberada, tornar mais equânime as condições de vida de sua

---

<sup>18</sup> As condições estruturais e institucionais na América Latina contemporânea apresentam pouca semelhança àquelas que deram origem à social-democracia na Europa Ocidental. Em primeiro lugar, a industrialização dependente e atrasada na América Latina não criou um setor manufatureiro tão amplo e economicamente vital como aquele vigente na maioria dos países da Europa Ocidental onde a socialdemocracia prosperou. Uma segunda e intimamente relacionada condição estrutural é o caráter fragmentado do mercado de trabalho na América Latina (Roberts, 2008).

população diante da existência inexorável de um capitalismo globalizado de livre-mercado.

#### **v. Palavras finais: globalização, crise do capital e as alternativas do Brasil**

Este artigo buscou introduzir o pensamento contido nas obras de Daniel Bensaïd, Larry Bartels e Albert Hirschman de modo a relacioná-los ao debate brasileiro contemporâneo sobre crise e as alternativas de desenvolvimento. Essa articulação ocorre num cenário de restrições estruturais impostas pela globalização e de demandas por incorporação social de setores historicamente excluídos do usufruto das riquezas produzidas nacionalmente. A abrangência, a pluralidade de ideias, a possibilidade de interlocução com a literatura sobre o desenvolvimento bem como a riqueza teórica, conceitual e analítica justificam a centralidade desses autores nesta reflexão. Procurou-se fazer - diante de uma crise sistêmica do capitalismo globalizado - um debate da bibliografia mais recente com o potencial teórico de tais autores para verificar, do ponto de vista discursivo e empírico, como se dá o conflito distributivo em matéria de provisão de políticas públicas para os segmentos populares do Brasil.

Em primeiro lugar, como um pensador eminentemente marxista, Daniel Bensaïd reflete sobre a mercantilização do mundo engendrada pela globalização desigual, que obstaculiza tanto a luta de classes quanto o almejado projeto de emancipação comunista. A partir de seu prisma marxista para análise do caso brasileiro contemporâneo, Bensaïd certamente não pouparia de críticas às elites governamentais, que subsidiam a expansão e a internacionalização do capitalismo nacional a partir de vultosos aportes e financiamentos de longo prazo concedidos pelo BNDES. O Estado brasileiro, em sua visão, seria instrumentalizado para a consecução dos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais à custa da exploração das classes trabalhadoras. Tampouco o Estado seria capaz de suprimir a ordem capitalista, uma vez que a ela está aprisionado. Ademais, Bensaïd rejeitaria a política social focalizada de combate à pobreza e à desigualdade levada a cabo nos últimos anos, pois constitui uma herança da globalização

e das instituições liberais internacionais como o Banco Mundial e o FMI. O autor também teria aversão ao viés socialdemocrata (em gestação) do governo brasileiro, incapaz, por sua vez, de romper com o ordenamento liberal/representativo/burguês e implementar um projeto alternativo de esquerda e socialista de emancipação das classes trabalhadoras. Em suma, o governo brasileiro seria um “homo politicus ambidestro”, ou seja, “nem panos de prato nem toalhas de mesa, mas um monte de trapos [...] ‘uma diversidade sem diferença’, uma constelação de singularidades indiferentes” (Bensaïd, 2008: 44).

Em segundo lugar, a despeito das diferenças com relação ao debate brasileiro, o trabalho de Larry Bartels foi mobilizado para fins comparativos e no intuito de mostrar como o Brasil vem promovendo políticas de redução da pobreza e da desigualdade, ainda que seja estruturalmente uma Unequal Democracy tal como os EUA. Ao longo das últimas três décadas, a sociedade norte-americana tem sido marcada pelo aumento da desigualdade econômica, que foi agravada durante o governo conservador do Presidente Republicano George W. Bush. Como um fenômeno inegavelmente político, a concentração de vasta riqueza nas mãos dos abastados tem aumentado a sua influência na esfera política, ao passo que a estagnação das rendas da classe média e dos mais pobres têm reduzido substancialmente o seu poder de barganha nos processos decisórios em matéria de políticas públicas. Como exemplos notórios desse processo podem ser elencados o corte de impostos feito em benefício das camadas mais ricas e o apoio à rejeição da criação do imposto sobre heranças, que contemplaria os mais pobres. A iniciativa de política doméstica mais intrigante da década passada tem sido uma maciça transferência adicional de riqueza dos mais pobres e da classe média para as camadas mais ricas, na forma de reduções substanciais de impostos federais. Em um cenário de crise internacional, certamente esta situação tende a agravar a depreciação das condições de vida dos setores mais vulneráveis da sociedade norte-americana.

Em terceiro lugar, à luz da pesquisa de Albert Hirschman, as teses da perversidade, da futilidade e da ameaça foram mobilizadas para a interpretação da conjuntura social e política brasileira. A partir de uma formação social fortemente patrimonialista, autoritária, hierárquica e excludente, tais teses foram mobilizadas para

mostrar a persistência de valores conservadores arraigados nas elites econômicas e políticas nacionais, inclusive na classe média tradicional. Essas elites rotulam as políticas públicas de redução da miséria como “assistencialistas”, “inibidoras da livre-iniciativa” e “fracassadas”, na medida em que seus objetivos não conduziram à mudança tampouco aos resultados desejados. Do ponto de vista empírico, tais argumentos não procedem, pois a diminuição da pobreza extrema nos últimos anos deve-se à recuperação das capacidades do Estado, que concebe a política social como protagonista dos processos de mudança.

Nestas condições, e tendo em vista a busca, pelo Brasil, de uma inserção soberana na ordem global aliada às restrições institucionais da democracia parlamentar e aos constrangimentos estruturais da economia de mercado, autores relevantes como Garret (1998) contestam a sabedoria convencional de que a globalização da economia (1) minou as distinções entre os partidos de esquerda e de direita; (2) constrangeu a capacidade dos governos dos Estados nacionais para conceber, formular e executar políticas públicas. É certo que a globalização e a internacionalização aumentam a exposição ao risco e a insegurança em razão da volatilidade dos salários, do emprego e dos investimentos (Rodrik, 1997; Keohane e Milner, 1996), o que contribui para potencializar a mercantilização das classes trabalhadoras. Todavia, para além de constranger, a globalização e a internacionalização da economia podem permitir aos governos perseguir seus objetivos políticos, recuperar suas capacidades estatais, aumentar o gasto público e os impostos visando alavancar a produtividade do trabalho bem como investir na formação de capital humano (Boix, 1998; Cameron, 1984; Weiss, 2003). Deste modo, tudo isto gera um caldo de cultura para a efetivação de uma política contrária. Assim, a clientela para um governo que se opõe à supremacia das forças de mercado está formada. Isto significa dizer que a globalização constitui um incentivador para a ação planejada do Estado. A globalização gera férteis e novos terrenos para a formatação de uma agenda social-democrata. Nesta direção, são necessárias condições políticas e societais como a presença de um partido de esquerda e um arranjo corporativo que articule os interesses do capital e do trabalho, o que pode ser denominado uma espécie de corporativismo social-democrata globalizado. Essa engenharia institucional e societal



– ainda que muito recente e, portanto, passível de análises mais pormenorizadas - pode ser aplicada para a caracterização do caso brasileiro contemporâneo, tendo em vista um conjunto de políticas públicas formatadas no sentido de desmercantilizar a força de trabalho dos cidadãos mais pobres e erradicar a pobreza extrema do país. Portanto, revestido de uma faceta social-democrata e globalizada, e a partir da primazia institucional do Poder Executivo, o Novo-Desenvolvimentismo em gestação tem concebido a globalização como uma oportunidade para a concretização de uma verdadeira agenda social-democrata: (1) distribuir renda; (2) reduzir as desigualdades e (3) incluir os mais pobres.

### **Referências bibliográficas:**

AMABLE, Bruno. (2011). “Morals and Politics in the ideology of neoliberalism”. In: *Socio-Economic Review*, v. 9, n. 1.

BARTELS, Larry. (2008). *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*. Princeton: Russel Sage Foundation/Princeton University Press.

BECKER, Uwe. (2009). *Open Varieties of Capitalism: Continuity, Change and Performances*. Palgrave Macmillan.

BECKER, Uwe. (2007). “Open systemness, contested reference frames and change”. In: *Socio-Economic Review*, v. 5, 2007, 261-286.

BENSAÏD, Daniel. (2008). *Os irredutíveis. Teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo.

BOIX, C. (1998). *Political parties, growth and equality: conservative and social democratic economic strategies in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press,.

BOSCHI, Renato R. (2010). Políticas de Desenvolvimento no Brasil: continuidades, crise e incertezas. *Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*. Recife: Agosto.

BOSCHI, Renato R. e GAITÁN, Flavio. (2008). “Gobiernos Progresistas, Agendas Neodesarrollistas y Capacidades Estatales: La Experiencia Reciente en Argentina, Brasil y Chile”. In: Maria Regina Soares de Lima (Org). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ.

BOSCHI, Renato R. e LIMA, Maria R. S. de. (2002). “O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: Do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório”. In: Luiz Werneck Vianna. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2005). Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de e MICHEL, R. (Orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007). Novo-Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional. In: DINIZ, E. (Org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2009a). *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2009b). “From Old to New Developmentalism in Latin America”. In: OCAMPO, J.A. (Ed). *Handbook of Latin America Economics*. Oxford

University Press,. Disponível em:  
<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3436>. Acesso em: 29.out.2011

CADASTRO GERAL DOS EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). (2010). *Síntese do Comportamento do Mercado de trabalho Formal*. Setembro. Disponível em:  
[http://www.mte.gov.br/caged/2010\\_09/br.pdf](http://www.mte.gov.br/caged/2010_09/br.pdf). Acesso em: 13/08/2011.

CAMERON, D. R. (1984). “Social Democracy, Corporatism, Labour Quiescence and the Representation of Economic Interest in Advanced Capitalist Society”. In: GOLDTHORPE, J. (Ed.). *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 143-78.

CARDOSO Jr, José Celso. (2010). “Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para Ressignificar o Debate e Capacitar o Estado”. In: Eduardo Costa Pinto, José Celso Cardoso Jr. e Paulo de Tarso Linhares (Orgs.). *Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento*. Brasília: IPEA. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro\\_estadoinstituicoes\\_vol3.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_estadoinstituicoes_vol3.pdf). Acesso em: 13/08/2011.

CHANG, Há-Joon. (2004). *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP.

CHANG, Há-Joon. (2003). *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*. London, New York, Penang: TWN/Zed Books Ltd.

EVANS, Peter. (2009). “From Situations of Dependency to Globalized Social Democracy”. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, n. 4, 318-336. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/e55416815v411126/fulltext.pdf>. Acesso em: 09/05/2011.

EVANS, Peter. (2005). “Harnessing the State: Rebalancing Strategies for Monitoring and Motivation”. In: Lange, M. and Rueschemeyer, D. (Eds). *States and Development. Historical Antecedents of Stagnation and Advance*. New York: Palgrave Macmillan.

EVANS, Peter. (1993). “O Estado como problema e solução”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 28/29, 107-156. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100006&script=sci_arttext).

Acesso em: 24/08/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2011a). “Entenda o rebaixamento da nota da dívida americana”. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/956070-entenda-o-rebaixamento-da-nota-da-divida-americana.shtml>. Acesso em: 13/08/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2011b). “Sempre fomos e sempre seremos um país AAA, diz Obama”. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/956251-sempre-fomos-e-sempre-seremos-um-pais-aaa-diz-obama.shtml>. Acesso em: 13/08/2011.

GARRETT, Geoffrey. (1998). *Partisan politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

HAYEK, Friedrich A. V. (2010). *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

HARVEY, David. (1998). *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola.

HELD, David e MCGREW, Anthony. (2001). *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

HIBBS, Douglas A. Jr. (1977). “Political Parties and Macroeconomic Policy”. *American Political Science Review*. vol. 71, n. 4, p. 1467-87.

HIRSCHMAN, Albert. (1992). *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras.

HIRSCHMAN, Albert. (1973). *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo: Perspectiva.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2010a). *Índice de Expectativa das Famílias (IEF)*. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 13/08/2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2010b). “PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009”. In: *Comunicado do IPEA*, n. 63. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 13/08/2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2011). “Mudanças Recentes na Pobreza Brasileira”. In: *Comunicados do IPEA*, n. 111, 15 de Setembro. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110915\\_comunicadoipea111.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf). Acesso em: 11/10/2011.

KEOHANE, Robert. e MILNER, Helen. (1996). *Internationalization and Domestic Politics*. Nova York: Cambridge University Press.

KOHLI, Atul. (2009). “Nationalist Versus Dependent Capitalist Development: Alternate Pathways of Asia and Latin America in a Globalized World”. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, 386-410.

KOHLI, Atul. (2004). *State Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge: Cambridge University Press.

LIMA, M. R. S. de e HIRST, Monica. (2009). “Brasil como País Intermediário e Poder Regional”. In: Andrew Hurrell (org.). *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LINDBLOM, Charles. (1982) “Market as Prison”. *The Journal of Politics*, v. 44, n. 2, 324-336.

MANN, Michael. (2008). Infrastructural Power Revisited. *Studies in Comparative International Development*, v. 43, 355–365.

MANN, Michael. (2006). “A crise do Estado-nação latino-americano”. In: DOMINGUES, José M. e MANEIRO, Maria (Org). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MANN, Michael. (1984). “The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results”. *European Journal of Sociology*, vol. 25, Issue 02, November, 185-213.

MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e “status”*. Rio de Janeiro: Zahar.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE à FOME (MDS). (2011). *Plano Brasil Sem Miséria*, Brasília. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/>. Acesso em: 13/08/2011.

NERI, Marcelo. (2011). *Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: FGV/CPS. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/brics/>. Acesso em: 13/08/2011.

PINHO, Carlos. E. S. e GRANJA, Lorena. (2011). “O gigante regional no contexto mundial: Brasil e sua política neo-desenvolvimentista”. *Debates Latinoamericanos*, Ano. 9, n. 17, Agosto, 1-28. Disponível em: [http://www.rlcu.org.ar/revista/numeros/09-17-Agosto-2011/documentos/Granja\\_y\\_Pinho.pdf](http://www.rlcu.org.ar/revista/numeros/09-17-Agosto-2011/documentos/Granja_y_Pinho.pdf). Acesso em: 01/10/2011.

POLANYI, Karl. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

PRZEWORSKI, Adam. (1989). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

REINERT, Erik. S. (2007). *How Rich Countries Got Rich ... and Why Poor Countries Stay Poor*. New York: Carroll & Graf Publishers.

ROBERTS, Kenneth M. (2008). “Is Social Democracy Possible in Latin America?” *Nueva Sociedad*, n. 217, Setembro-Outubro.

RODRIK, Dani. (1997). *Has Globalization Gone too Far?* Washington, DC: Institute for International Economics.

SANTISO, Javier. (2003). “The Confidence Game: Exit, Voice, and Loyalty in Financial Markets”. In: *The Political Economy of Emerging Markets*. Cambridge: Cambridge University Press.

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz. F. e MICHEL, Renaut. (2005). Por que Novo-desenvolvimentismo? (Introdução) In: SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. e MICHEL, R. (Orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

- SICSÚ, João. (2008). Planejamento Estratégico do Desenvolvimento e as políticas macroeconômicas. In: João Sicsú e Carlos Vidotto (orgs). *Economia do Desenvolvimento: Teorias e Políticas Keynesianas*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.
- SKOCPOL, Theda. (1985). "Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research". In: Peter Evans et al. (eds.). *Bringing the State Back In*. New York: Cambridge University Press, 3-43.
- SOUZA, Jessé. (2010). *Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SOUZA, Jessé. (2011a). "A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira". In: *Revista Interesse Nacional*. Ano 4, n. 14, 33-41, Julho-Setembro. Disponível em: [http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd\\_artigo=112#](http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=112#). Acesso em: 16/10/2011.
- SOUZA, Jessé. (2011b). É um erro falar que existe nova classe média, diz sociólogo. *Folha de São Paulo*, Fevereiro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/874777-e-um-erro-falar-que-existe-nova-classe-media-diz-sociologo.shtml>. Acesso em: 04/10/2011.
- TARZI, Shah M. (2010). "Third World Governments and Multinational Corporations: Dynamics of Host's Bargaining Power". In: *International Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth*. Cornell University Press, 169-179.
- WADE, Robert. (1990). *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press.
- WEISS, Linda. (2003). *States in the Global Economy: Bringing Domestic Institutions Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.



